

# Publicidade irregular terá de sair das ruas

Secretário calcula que cerca de 500 outdoors e frontlights ferem o tombamento de Brasília. GDF promete rigor

CEDOC/CRISTIANO MARIZ/16.11.2005

LUÍSA MEDEIROS

A publicidade e a propaganda irregulares na área tombada de Brasília estão com os dias contados. A "limpa" deve ser feita pelos donos dos equipamentos até 30 dias após a notificação dada pela Secretaria de Fiscalização e Atividades Urbanas (Sefau). Se a determinação não for cumprida, o governo promete agir: vai remover os equipamentos e mandar o custo da operação para os responsáveis.

As notificações começam a ser emitidas a partir da semana que vem e o prazo de retirada não será prorrogado, como garante o secretário de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar), Vatanábio Brandão. No Plano Piloto, segundo ele, existem cerca de 500 outdoors e frontlights irregulares.

"Dentro dos próximos dias Brasília vai ter uma cara nova", afirmou o secretário, lembrando que hoje a remoção dos equipamentos está respaldada pelo Plano Diretor de Publicidade (Lei 3.035/02), cuja regulamentação foi publicada ontem no *Diário Oficial do Distrito Federal*. A lei orienta a instalação de meios de propaganda no Plano Piloto, Sudoeste, Cruzeiro, Candangolândia, Lago Sul e Lago Norte.

Ou seja, a partir de agora, existem normas e critérios que devem ser seguidos pelos empresários do setor, como não instalar engenhos publicitários nas fachadas dos prédios do Eixo Monumental. Além disso, a instalação de equipamentos em terrenos particulares foi restrita a apenas 60% da área. Anterior-

mente, era permitido colocar *outdoor*, por exemplo, em 100% da área do imóvel.

O Executivo vai dar um prazo para adaptar ou remover os equipamentos que não são passíveis de regularização. Se após os 30 dias concedidos os equipamentos instalados ainda não tiverem de acordo com os critérios estabelecidos, o governo vai retirá-los.

**DEMOLIÇÕES** - A Secretaria de Fiscalização está preparada para agir, afirma o subsecretário José da Luz. Ele disse que não faltarão fiscais e máquinas para limpar a área tombada de Brasília. Ao todo, são 50 pessoas - entre funcionários do órgão e militares do Corpo de Bombeiros - que serão escaladas para trabalhar nas operações. "Arrumamos máquinas para fazer as demolições", assegura.

No entanto, José da Luz esclarece que os donos de equipamentos irregulares que foram notificados em outras situações terão apenas 72 horas para retirar os engenhos. O subsecretário não soube dizer, com exatidão, sobre o custo da operação. Segundo ele, o valor final depende da quantidade de horas de trabalho e do tipo de material a ser removido.

Uma das áreas alvos da fiscalização, e que contém mais casos irregulares, é a região central do Plano Piloto, que abrange o Setor Hoteleiro Sul e Norte, o Setor de Autarquias Sul e Norte e a Rodoviária. Na próxima segunda-feira, deve haver uma reunião promovida pela Sucar e pela Sefau para informar as novas medidas aos empresários do setor.



Com o novo Plano Diretor, empresas terão 30 dias, a partir da notificação, para retirar os engenhos publicitários irregulares

## Empresários vão pedir prazo maior

Se depender do Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Distrito Federal (Sepex) - que representa 26 das 32 empresas locais -, os fiscais do governo não terão muito trabalho. De acordo com o presidente da Sepex, Raimundo Libertato, os empresários estão cientes da vigência do Plano Diretor e se comprometem a retirar os equipamentos irregu-

lares a partir do dia 15.

Os primeiros frontlights e outdoors a ser removidos serão os instalados no Eixo Monumental, como no terreno do Hotel Torre Palace, garante o sindicalista. Na área, segundo ele, existem entre 10 e 15 engenhos. "Nos comprometemos com a remoção dos engenhos irregulares, mas acho que fazer o limpa em 30 dias

não vai dar", acredita Raimundo Libertato.

A reunião prevista para a próxima semana será uma oportunidade para discutir a flexibilidade do prazo de remoção dado pelo governo, adianta ele. "Não precisa esse desespero para tirar os engenhos. O trabalho precisa ser satisfatório", opina.

A remoção dos equipamen-

tos publicitários vai dar prejuízo aos empresários do setor de 30% a 40% sobre os lucros, calcula o presidente da Sepex. Segundo Raimundo, a restrição para colocar os engenhos, e conseqüentemente, a perda natural do faturamento vai forçar uma onda de demissões nas empresas. Hoje, estima-se que 3,8 mil empregos diretos e indiretos são gerados pelo setor.